

Túlio Eugênio dos Santos

A CODIFICAÇÃO
ADMINISTRATIVA

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Túlio Eugênio dos Santos

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SA237c

Santos, Túlio Eugênio dos.

A codificação administrativa / Túlio Eugênio dos Santos. –
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
208 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 183-198.

ISBN 978-85-519-1316-1

1. Acesso à justiça. 2. Administração pública. 3. Codificação.
4. Estruturação. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1 Introdução.....	1
2 Notas Preliminares sobre a Realidade Posta e a sua Mudança	11
2.1 Os arquétipos do atraso, codificação e desenvolvimento. A desconstrução linguística de mitos e a codificação de uma nova estrutura de valores éticos e seus reflexos na administração pública	11
2.1.1 Breve esboço do panorama geral.....	11
2.1.2 Apontamentos introdutórios sobre os principais arquétipos do atraso	18
2.1.3 O mito edênico e demais arquétipos advindos da submissão secular ao colonialismo de exploração	22
2.1.4 O mito da procrastinação	27
2.1.5 O arquétipo do patrimonialismo.....	29
2.1.6 A corrupção e o mito da corrupção.....	32
2.2 A crise e o processo de desconstrução dos arquétipos do atraso com a subsequente ressignificação dialética de valores.....	37
2.3 O processo de assimilação empírica dos novos valores éticos no plano normativo	45
3 A Codificação em Si.....	51
3.1 Breve esboço histórico da codificação	51
3.2 Conceito de codificação, diferenciações e as tentativas prévias de uma codificação administrativa brasileira	54
3.3 Obstáculos e razões jurídicas de sustentabilidade da codificação	58

3.3.1 Escorço geral.....	58
3.3.2 Problematização. Óbices comumente elencados como entraves à codificação	61
3.3.2.1 Considerações preliminares	61
3.3.2.2 Primeiro obstáculo: o excesso de leis administrativas e a variedade de matérias reguladas.....	61
3.3.2.3 Segundo obstáculo: a multiplicidade de competências como empecilho à codificação.....	66
3.3.2.4 Terceiro obstáculo: o risco de engessamento do direito erigido por savigny e a desconstrução dessa crença	78
3.3.2.5 Razões jurídicas de sustentabilidade da codificação	80
3.3.2.5.1 Introdução, lacunas, vícios e a teoria do feixe de relações	80
3.3.2.5.2 A primeira razão: a percepção das relações institucionais em si.....	85
3.3.2.5.3 Segunda razão de sustentabilidade da codificação: codificação como instrumento democrático de conhecimento da norma por parte do jurisdicionado	101
3.3.2.5.4 Terceira razão de sustentabilidade da codificação: codificação como corolário da segurança jurídica	102
3.4 Os alicerces principiológicos. A entronização dos novos valores éticos como base filosófica da codificação administrativa	104
3.4.1 O princípio do desenvolvimento humano.....	104
3.4.2 Introdução ao princípio da produtividade (eficiência) como um dos alicerces da estrutura da codificação administrativa	108

3.4.3 O terceiro alicerce principiológico da codificação administrativa: a moralidade administrativa e o combate à corrupção.....	115
---	-----

4 Considerações sobre a Estrutura e Linguagem da Codificação Administrativa.....	121
4.1 Breve apanhado geral sobre o tema	121
4.2 A análise estrutural. O reforço da integração sistêmica, a coesão interna e o modelo de aproveitamento racional de soluções de outros códigos.....	123
4.2.1 Escorço preliminar	123
4.2.2 Compreensão e utilização de soluções análogas em temas já tratados em outras codificações	124
4.2.3 Solução pela adoção de modelos de redação já utilizados em dispositivos chave	130
4.2.4 A abordagem de temas incipientes, cujo início de solução já tenha aflorado em legislação esparsa anterior ..	132
4.2.4.1 O Decreto-lei nº 200/67.....	133
4.2.4.2 A pretensão de um sistema administrativo constitucional (artigo 37 e ss, da CF/88)	135
4.2.4.3 A EC nº 19	137
4.2.4.4 A Lei 9.784/99.....	139
4.2.4.5 Outras normas aproveitáveis (a Resolução nº 21 do CNJ e a recente Lei 13. 726/18)	142
4.2.5 A absorção racional de Projetos de Lei.....	144
4.2.6 Compreensão e aproveitamento das lógicas e estratégias de estruturação já utilizadas por outros códigos	147
4.3 A análise da linguagem. Considerações quanto à linguística e aspectos normativos correlatos. Sugestão de design estrutural da codificação	151

4.3.1 A inteligibilidade e a eficiência normativa do Código.....	151
4.3.2 A necessidade de sintonia fina entre a intenção epistemológica da codificação e da concretude da realidade, de modo a facilitar a sua aplicação	157
4.3.3 O item da reflexividade considerado ainda durante a fase de elaboração do Código.....	159
4.4 Sugestão de <i>design</i> estrutural do código administrativo..	166
5 Conclusão.....	179
Referências	183